

Projeto de ponte na Zona Sul pode sair em fevereiro

Edital da obra para ligar Rio Grande a São José do Norte deve ser publicado ainda no primeiro bimestre de 2025

/ OBRAS

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Esperado há décadas pela população gaúcha e previsto inicialmente para dezembro de 2024 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o projeto de ligação a seco entre Rio Grande e São José do Norte, na Região Sul do Estado, deve dar um passo importante ainda nos primeiros meses deste ano. A informação foi revelada pelo presidente da Comissão Regional Pró-Ponte, Jair Rizzo, em um documento enviado à reportagem.

Assinado por Jimmy Mendes, chefe de Gabinete da Diretoria-Geral do Dnit, o texto aponta que a autarquia está concentrando esforços para finalizar o edital já no primeiro bimestre deste ano.

No entanto, o órgão, ao falar com a reportagem, deu a previsão de que o edital seja publicado até junho de 2025, ou seja, no primeiro semestre. Segundo a autarquia,

o projeto está em fase de elaboração e o atraso ocorrido em 2024 foi devido a ajustes administrativos internos.

Esse histórico de atrasos tem alimentado o ceticismo da população local. Recentemente, o **Jornal do Comércio** destacou a desconfiança de moradores em relação à concretização da obra, que é considerada essencial para a região. Atualmente, a travessia entre as cidades é feita por balsas e lanchas, com custos considerados elevados: veículos de passeio pagam cerca de R\$ 50,00 por trajeto, enquanto caminhões podem desembolsar até R\$ 500,00 para atravessar o canal.

Quando publicado, o edital trará especificações técnicas, custos e prazos, além de estabelecer os critérios para a seleção da empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto executivo, com limite de até dois anos após a assinatura do contrato. O Dnit informou que cerca de R\$ 10 milhões já estão reservados para essa etapa inicial.



COMISSÃO REGIONAL PRÓ-PONTE/DIVULGAÇÃO/JC

Atualmente, travessia entre os municípios é realizada por meio de balsas e lanchas, com custos elevados

Para Jair Rizzo, a ponte é um marco essencial para o desenvolvimento da Zona Sul. Além de atrair turistas e ampliar o potencial do Porto de Rio Grande, a obra oportunizará a redução de custos

logísticos para caminhões que utilizam a BR-101. “Estamos falando de um novo ciclo de desenvolvimento para toda a região”, destaca.

Ainda não há definição sobre o ponto exato para a construção

da ponte, mas a tendência é de que ela tenha 3,8 km de extensão em linha reta, ligando o Clube de Regatas Rio Grande, na avenida Honório Bicalho, ao Arroio do Larracha, em São José do Norte.

Maternidade do Hospital Mãe de Deus segue sem data para reabertura

/ SAÚDE

Oito meses após ser fechada em razão da enchente histórica de maio de 2024, a maternidade do Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre, segue sem previsão de reabertura. Na ocasião, o bairro Menino Deus foi duramente atingido pelas águas, forçando a evacuação emergencial de pacientes e funcionários. Embora a casa de saúde tenha retomado as operações em 1º de junho, o setor obstétrico permanece inativo, sendo o único serviço que ainda não voltou a operar.

Agora, mesmo sem prazo definido, a assessoria de imprensa do hospital informou que a expectativa é de reabrir a maternidade até o final deste ano. A interrupção dos

serviços se deu porque, para viabilizar a volta dos atendimentos gerais, os serviços e equipamentos localizados no subsolo, que ficou submerso, foram transferidos para o terceiro andar, onde antes funcionava o Centro Obstétrico.

O fechamento agravou o déficit de leitos do tipo na Capital: o Hospital Mãe de Deus oferecia 18 leitos obstétricos e 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal na rede privada. Atualmente, Porto Alegre dispõe de 232 leitos obstétricos na rede pública e 117 na privada, o que gerou certa sobrecarga em instituições como o Divina Providência, o Moinhos de Vento e a Santa Casa.

Em entrevista recente ao **Jornal do Comércio**, Marcelo Matias,

presidente recém-eleito do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), destacou o impacto dessa perda para o sistema de saúde. “Esse processo afetou tanto o sistema público quanto o privado, gerando sobrecarga nos hospitais. Um hospital não é completo sem atender a todas as etapas da vida, desde o nascimento até a terminalidade. A presença de uma maternidade garante que o hospital cumpra sua função em plenitude”, afirmou.

Ele também alertou para os riscos associados à demora na reabertura. “A ausência de maternidades compromete a segurança do atendimento, especialmente em situações de sobrecarga, aumentando os riscos para pacientes e médicos.



TÂNIA MEINERZ/JC

Instituição foi gravemente atingida pela enchente de maio

Há uma expectativa pela reativação da maternidade do Hospital Mãe de Deus, mas ainda não está claro como isso será concretizado.”

Conforme o Simers, em reunião realizada no fim de 2024, foi

prometido que a reabertura ocorreria no primeiro trimestre de 2025. A reportagem questionou a instituição sobre os motivos para a demora, mas não recebeu retorno até o fechamento desta edição.

Santa Vitória do Palmar registra 480 milímetros de chuva em 10 horas

/ CLIMA

Fabrine Bartz
fabrineb@jcrs.com.br

Santa Vitória do Palmar, no extremo Sul gaúcho, registrou 480 mm de chuva em um período de 10 horas na segunda-feira. Ontem, o tempo firme facilitou o escoamento da água.

Entre os locais mais atingidos se encontra a Vila Anselmi, onde residem mais de 800 pessoas. “A localidade fica a 100 km da zona urbana e praticamente 100% das casas foram afetadas”, explica o coordenador da Defesa Civil, Jorge Alex Martins.

Durante o dia, as secretarias

municipais de Obras e Assistência Social prestaram atendimentos. “Fizemos o escoamento de sangas, na tentativa de auxiliar o máximo possível”, complementa o coordenador da Defesa Civil. Ao todo, 30 pessoas ficaram desalojadas e foram para casa de famílias. O município não registrou desabrigados.

“A Defesa Civil segue monitorando a situação e a drenagem dos arroios que estão na volta da Vila. A assistência segue atuando junto às famílias afetadas para buscar as melhores soluções”, descreve Bruno Mena, integrante da Defesa Civil do município.

As perdas, no entanto, já são perceptíveis na safra de soja e ar-

roz. Segundo a MetSul Meteorologia, a chuva excepcional foi consequência da atuação de uma área de baixa pressão - um modesto ciclone extratropical - que atuava junto ao litoral do RS. O sistema não trouxe ventos fortes, mas o ar quente com a convergência de umidade criou as condições propícias para o evento.